

Revista

FEBASE

Ano II
N.º 24
1,50 €
Junho de 2012

Federação do Setor Financeiro 

Diretor: Delmírio Correia
Diretores Adjuntos: Carlos Marques, Carlos Silva, Horácio Oliveira e Pereira Gomes

Caminhada da Febase

O caminho faz-se caminhando



ORGANIZAÇÃO

SINDICAL | Atualidade



Conselho Geral aprova **Relatório e Contas 4**

Balanço de um ano difícil **6**

CES muito preocupado com resultados sociais da austeridade **8**

Reduzir o desemprego: a principal preocupação para Portugal **10**

INTERNACIONAL | Atualidade

Sindicatos mundiais exigem medidas de regulação financeira **11**

Guy Ryder eleito diretor-geral da OIT **11**

CONTRATAÇÃO | Banca

Reestruturação do Banif ainda sem contornos definidos **12**

BPN Crédito sem respostas **13**

CONTRATAÇÃO | Seguros

Novo CCT já está em pleno funcionamento **15**

JURÍDICAS | Questões

Renovação extraordinária dos contratos a termo certo **17**

TEMPOS LIVRES | Nacional

Caminhada da Febase foi um sucesso **18**

Título nacional de **surfcasting** para Grândola **19**



Texto: **CARLOS MARQUES**

Precisamos, enquanto cidadãos conscientes e legitimamente preocupados, de ajudar a mudar o rumo, num esforço coletivo que permita superar o atual estado das coisas. E os Sindicatos podem e devem ajudar a encontrar as respostas

Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico:
revista.febase@gmail.com

Diretor:
Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:
Carlos Marques – STAS
Carlos Silva – SBC
Horácio Oliveira – SBSI
Pereira Gomes – SBN

Conselho editorial:
Constança Sancho – SBSI
Firmino Marques – SBN
Patrícia Caixinha – STAS
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Rui Santos

Redação e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 062/090
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Érre, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 70.000 exemplares
(sendo 2.500 enviados por correio eletrónico)
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

Precariedade *versus* Cidadania

É normal associar a precariedade no mercado de trabalho à natureza da relação contratual estabelecida entre o empregado e o empregador, quer pela sua volatilidade, quer pela insuficiente retribuição financeira associada.

Igualmente, porque quase sempre associada, a precariedade decorre do aumento da oferta e da diminuição da procura no mercado de trabalho com o cortejo de desempregados, como é bem visível no nosso País, mas igualmente na Europa comunitária e extra-comunitária.

E por isso, como foi demonstrado em manifestações e fóruns, o tema da precariedade esteve sempre associado ao desemprego e à instabilidade que este representa para a juventude e para os seus anseios legítimos.

Deixem-me no entanto introduzir um outro fator de observação.

Trata-se de analisar o efeito devastador da precariedade sobre a plena Cidadania desta e das futuras gerações.

Quando entrei no mercado de trabalho, no longínquo ano de 1965, e separando claramente a população rural que, por escassez de trabalho e por uma exploração a roçar o escravagismo, se via obrigada a emigrar, vivia-se nos outros setores de atividade um regime de pleno emprego, com taxas de desemprego muito baixas e que, por isso, no que concerne unicamente ao tema do desemprego, constituía um oásis para os trabalhadores.

Em contrapartida, a ausência da Liberdade e, com isso, de todo um cortejo de violações dos direitos do homem e da redução, à mais ínfima expressão, da intervenção cívica dos cidadãos, estava plenamente presente, o que se prolongou ainda por mais nove anos, até ao momento em que foi possível respirarmos e agirmos na plenitude dos nossos direitos, em total liberdade.

Durante o período da ditadura, somente em alguns círculos académicos, em grupos restritos de intelectuais e junto de algum operariado mobilizado clandestinamente, era possível questionar-se a ausência dos valores da Cidadania e lutar-se, com os meios então ao dispor, com o objetivo de se poder dispor, em plenitude, dos direitos inalienáveis à qualidade de cidadãos de corpo inteiro.

Fora destes círculos, a vida era vivida diariamente numa paz podre que, infelizmente, durou na sua totalidade quatro dezenas de anos e que acarretou, entre muitas outras coisas, o afastamento dos cidadãos das organizações livres e de classe.

Foram gerações e gerações que viveram na tutela de um regime que lhes recusava os direitos legítimos de cidadania e com isso as marcou indelevelmente, como aliás ainda hoje é bem notório, no índice de participação cívica dos portugueses.

Pode-se dizer que os Sindicatos existiam, claro que sim, eram aliás um dos pilares do estado corporativo. A sindicalização era obrigatória, mas a participação cívica livre e representativa da vontade dos trabalhadores, somente no início da década de 70 do século passado começou a ter manifestação pública e, com isso, a afrontar a ira do regime então em vigor, que respondeu, mandando prender alguns dos sindicalistas que mais se afirmavam e não dando posse a direções sindicais livremente eleitas.

Aquí chegados, estarão certamente a perguntar o porquê da deriva para este assunto do tema da precariedade.

É um facto que vivemos hoje em Liberdade, liberdade de expressão, liberdade de pensamento, liberdade de manifestação, liberdade de organização, não temos nenhum regime tutelar que nos impeça de agir, pensar, organizar e lutar por aquilo que pensamos ser o mais justo.

Será assim? Pergunto.

É que a ser assim, por que motivo estão hoje os sindicatos mais fracos?

Por que motivo os cidadãos não participam civicamente em grupos de opinião, em movimentos legítimos de expressão dos seus anseios, porque será que se diz que existe medo?

Ninguém vai hoje preso pelo que pensa, pelo que diz, pelo uso legítimo do direito à manifestação, do direito à indignação, pela filiação em Sindicatos ou em partidos políticos.

Porque será então que estamos novamente a viver comportamentos de isolamento e numa vivência do dia-a-dia?

A resposta, em minha opinião, é simples e resulta insana-velmente do efeito da incerteza.

Avanço no entanto, e para já, que a precariedade não se reflete unicamente na ausência de emprego, na relação de trabalho ou no baixo valor pago, reflecte-se e tem efeitos devastadores na Cidadania da geração que a está a viver e nas gerações que se vão seguir. A inconstância da relação de trabalho, o futuro incerto, o adiar das expectativas e anseios legítimos dos jovens estão a sublinhar os comportamentos individuais, em detrimento dos movimentos coletivos.

Precisamos por isso, enquanto cidadãos conscientes e legitimamente preocupados, de ajudar a mudar o rumo, num esforço coletivo que permita superar o atual estado das coisas. E os Sindicatos podem e devem ajudar a encontrar as respostas.

Fui, no final de maio, reeleito para aquele que será o meu último mandato à frente dos destinos do maior Sindicato da área seguradora. É imenso o desafio que temos pela frente. Tenho, no entanto, uma certeza que partilho convosco. A nova equipa que irá dirigir os destinos do STAS estará à altura dos desafios e não temerá o exercício pleno da Cidadania. ■



20
| STAS Actividade Seguradora



23
| Bancários Sul e Ilhas



26
| Bancários Norte



29
| Bancários Centro



Conselho Geral aprova Relatório e Contas

O Conselho Geral da Febase aprovou, por larga maioria, o Relatório de Atividades e Contas de 2011 da Federação. Os conselheiros elegeram ainda os novos elementos da Mesa e das comissões Disciplinar e Fiscalizadora de Contas

Texto: Inês F. Neto

O Relatório de Atividades e Contas da Federação do Setor Financeiro (Febase) relativo ao exercício de 2011 foi aprovado pela esmagadora maioria dos conselheiros, com apenas três votos contra e uma abstenção, na sessão que decorreu dia 28 de maio, em Lisboa.

Os conselheiros elegeram ainda os membros da Mesa do Conselho Geral, da Comissão Fiscalizadora de Contas e da Comissão Disciplinar (ver caixa).

Antes, na reunião do Secretariado, Rui Riso, presidente da Direção do SBSI, tinha sido eleito secretário-geral da Febase para o próximo mandato. No entanto, e por se encontrar ausente a participar numa reunião da UNI-Finanças, Carlos Marques "prolongou" as suas funções por mais um dia, tendo assumido a tarefa de responder às questões colocadas pelos conselheiros.

Coube a Paulo Alexandre, responsável pelo Pelouro da Contratação da Febase, apresentar o Relatório no que diz respeito a esta matéria. Além do balanço da atividade do Pelouro no ano passado (ver

páginas seguintes), o dirigente aproveitou a ocasião para informar os conselheiros sobre os últimos desenvolvimentos.

Novidades sobre contratação

Assim, e no seguimento da aprovação da proposta de revisão salarial da banca para 2012, na anterior sessão do Conselho Geral, o documento foi entregue às instituições de crédito com quem a Febase tem celebradas convenções coleti-

vas de trabalho. "Aguardamos o prazo legal de 30 dias para recebermos resposta à nossa proposta", adiantou Paulo Alexandre.

No que se refere à situação no Banif, a Febase tem já marcada uma reunião com a administração do banco para discutir a publicamente anunciada reestruturação e consequente encerramento de balcões. "Solicitámos a reunião para esclarecer as implicações para os trabalhadores desse plano", disse

Paulo Alexandre, adiantando que a Febase aproveitará o encontro para debater igualmente o pagamento do 14.º mês aos reformados da instituição. "O Banif considera tratar-se de um imposto extraordinário e por isso está desobrigado ao seu pagamento. Não é esse o nosso entendimento", disse.

Ainda no que se refere ao pagamento do 14.º mês noutras instituições, o responsável referiu que além do Banif apenas o Banco de Portugal (BdP) ainda não honrou o compromisso contratual, argumentando a Administração aguardar o parecer de "altas autoridades" para tomar uma decisão. "Demos-lhe um prazo: até ao processamento das pensões de junho".

Caso o BdP não efetue o pagamento do 14.º mês aos reformados e pensionistas até àquela data, os sindicatos recorrerão aos tribunais, onde deram já entrada processos semelhantes relativos à CGD, ex-BNU, IFAP e BPN.

BPN é causa europeia

Relativamente ao Banco Português de Negócios, o caso chegou ao Tribunal Europeu e organizações sindicais internacionais, como a CES, UNI e CSI, expressaram já o seu interesse em que os seus juristas acompanhem o processo, de forma a contribuir para uma resolução favorável aos trabalhadores do banco. "Uma decisão positiva é muito importante e poderá ter implicações em situações idênticas noutros países, como Espanha, Grécia e Irlanda", frisou Paulo Alexandre.

O dirigente adiantou que os Sindicatos têm informações de que tanto o



Rui Riso foi eleito Secretário geral

Os eleitos

O Conselho Geral elegeu os novos elementos para três dos órgãos da Federação do Setor Financeiro. Participou no ato leitoral a totalidade dos 86 conselheiros presentes na sessão. Para qualquer dos órgãos, apenas uma lista – a lista A –, subscrita pelo Secretariado, se apresentou a escrutínio. O resultado foi igual nos três casos: 79 votos a favor, 6 contra e 1 abstenção.

Ao encerrar a última sessão como presidente da Mesa, Alfredo Correia agradeceu o contributo de todos para o bom funcionamento do órgão e desejou bom trabalho aos novos elementos. Já o seu sucessor disse esperar poder contar com a colaboração de todos os conselheiros e lembrou que apesar das diferenças político-sindicais e das distintas formas de pensar o sindicalismo, os adversários dos bancários não estão nestas reuniões mas lá fora: nas instituições e, por vezes, no Governo.

São estes os novos membros:

Mesa do Conselho Geral

Presidente - José Manuel Pinheiro (STAS)
Fernando Martins (SBSI)
Tomás Brás (SISEP)
José Simões (SBC)
Alfredo Correia (SBN)

Comissão Fiscalizadora de Contas

Mário Paiva (STAS)
Alexandre Cunha (SBN)
Armando Pinheiro (SBSI)

Comissão Disciplinar

Baptista Fernandes (SBSI)
Paula Viana (SBN)
João Marques (SBC)

RUBRICAS	PERÍODOS	
	31-12-2011	31-12-2010
ATIVO		
Ativo corrente		
Cientes	5.882,48	9.078,02
Adiantamentos a fornecedores	6.391,00	
Associados/Membros	22.956,34	36.675,45
Outras contas a receber		63.742,08
Caixa e depósitos bancários	23.218,28	53.392,24
Total do ativo	58.448,10	162.887,79
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos Patrimoniais		
Resultados transitados	16.862,20	- 14.830,70
Resultado líquido do período	- 55.169,18	31.692,90
Total do fundo de capital	- 38.306,98	16.862,20
PASSIVO		
Passivo corrente		
Fornecedores	461,25	36.033,80
Estado e outros entes públicos	10.148,43	7.524,91
Associados/Membros	85.645,40	38.724,80
Diferimentos	63.742,08	
Outras contas a pagar	500,00	
Total do passivo	96.755,08	146.025,59
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	58.448,10	162.887,79

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	31-12-2011	31-12-2010
Quotizações	161.100,00	152.450,00
Vendas e serviços prestados	330.420,49	328.885,23
Subsídios, doações e legados à exploração	58.842,08	95.613,12
Fornecimentos e serviços externos	-618.101,93	-529.986,75
Outros rendimentos e ganhos	95.189,52	232.065,00
Outros gastos e perdas	-75.373,07	-242.424,25
Resultado antes de impostos	-47.922,91	36.602,35
Impostos sobre o rendimento do período	-7.246,27	-4.909,45
Resultado líquido do período	-55.169,18	31.692,90

Valores em Euros

Crédito Agrícola como o BCP (relativamente aos trabalhadores do ex-Banco de Angola) iriam processar o 14.º mês ainda em maio.

Paulo Alexandre esclareceu também que, relativamente à ação intentada pelo Santander Totta para esclarecimento do ACT em matéria de subsídios de férias e de Natal, a defesa da Febase em tribunal basear-se-á no parecer pedido ao Professor Pedro Martinez.

Por fim, o Conselho Geral foi informado sobre as reuniões entre os elementos do Pelouro da Contratação da Febase e as administrações da Parvalorem e do BPN Crédito. Em causa o cumpriment

mento do ACT, a que as instituições estão obrigadas pelo menos durante um ano. Ficou o compromisso de nova reunião, mas face ao silêncio das empresas, a Febase solicitou-o por escrito.

No que diz respeito ao IFAP e DRAP's, os secretários de Estado da Administração Pública e da Agricultura comprometeram-se a informar a Febase atempadamente sobre as intenções do governo quanto à situação dos trabalhadores, mas três semanas depois nada tinha sido comunicado. "Não temos conhecimento de qualquer desenvolvimento", adiantou Paulo Alexandre.



o setor bancário feito pela Febase há um ano e que até agora continua sem constar do BTE. "Escrevemos ao ministro da Economia requerendo uma reunião para debater esta questão."

"Verão quente" justifica desvio orçamental

O debate não foi particularmente participativo, mas antes da apresentação das Contas de 2011, Carlos Marques esclareceu ainda algumas dúvidas suscitadas em intervenções dos conselheiros.

Foi o caso da ausência, no Relatório de Atividades, de uma referência à contratação no setor segurador. O ex-secretário-geral da Federação explicou que no ano passado a negociação esteve a cargo dos Sindicatos, e que só em 2012 a Febase assumirá essa função.

No que se refere às Contas do ano transato, Carlos Marques chamou a atenção para o que apelidou "verão quente", marcado por fatores que influenciaram negativamente o exercício: BPN, passagem dos fundos de pensões dos bancos para o Estado e consequente integração dos reforma-

dos bancários na Segurança Social, e medidas do OE com prejuízos diretos nas empresas da esfera do Estado.

"Tudo isto obrigou a Febase a medidas extraordinárias, que se refletiram nos custos", disse, dando como exemplo os pareceres jurídicos pedidos a personalidades de indiscutível mérito ou a publicação de comunicados na imprensa.

"No final do ano foram tomadas decisões sobre o funcionamento do Secretariado, que se refletirão já em 2012, e que tendem a prevenir desvios orçamentais. Se não formos confrontados com medidas políticas extraordinárias que obriguem a uma resposta da Febase, julgamos que é possível cumprir o orçamento", concluiu Carlos Marques.

Referindo-se ao exercício, Helena Carvalho salientou o saldo negativo de 54.855,58 euros (645.552,09 euros de receitas, contra 693.161,40 euros de despesas), concluindo, à semelhança do parecer da Comissão Fiscalizadora, que, com base nas receitas, é preciso repensar a sustentabilidade financeira da Febase.

A dirigente adiantou ainda que algumas das contas em atraso foram regularizadas já este ano. ■

► O último esclarecimento sobre contratação coletiva versou o pedido de publicação de Portaria de Extensão para

Balanço de um ano difícil

A contratação coletiva e os conflitos laborais dominaram a atividade da Febase no ano passado. Mas apesar da urgência e intensidade do trabalho sindical, a Federação ainda proporcionou aos associados dos Sindicatos alguns momentos de lazer

O Relatório de Atividades do exercício de 2011 da Febase dá conta do trabalho da Federação durante um dos anos mais complicados dos últimos tempos para os trabalhadores e para os seus Sindicatos.

A atividade da Federação foi assegurada pelos seus órgãos, que cumpriram as funções para que estão incumbidos estatutariamente.

O Secretariado reuniu-se mensalmente, cabendo aos pelouros a concretização das ações executivas e o desenvolvimen-

to de toda a estratégia sindical definida por aquele órgão.

Já o Conselho Geral teve quatro sessões, que se realizaram alternadamente em Lisboa, Porto e Coimbra. Os conselheiros ocuparam-se da discussão e aprovação do Relatório e Contas de 2010, bem como do Plano de Atividades e Orçamento para 2011. Na ordem de trabalho das sessões incluiu-se ainda a aprovação do Acordo Tripartido sobre transferência dos fundos de pensões, da alteração dos Estatutos e da proposta de revisão de 2012 do ACT do setor bancário.

Revisão das tabelas

Mas foi a contratação coletiva que mais esforço exigiu embora, dado o atual clima de austeridade, o resultado não tenha sido o ambicionado. A Febase, recorde-se, assume a responsabilidade pela negociação das Convenções Coletivas de Trabalho do setor bancário, por delegação dos Sindicatos Verticais.

O clima de austeridade que vigorou em Portugal durante todo o ano, resultante das medidas de ajustamento da econo-

mia portuguesa incluídas no programa de ajuda externa, foi um importante fator de condicionamento da ação reivindicativa da Federação em 2011.

De entre as medidas decretadas pelo Governo, no âmbito do acordo para ajuda externa e do Orçamento do Estado de 2011, que penalizaram, sobretudo, os pensionistas e os trabalhadores, destacaram-se o corte de metade do subsídio de Natal aos trabalhadores com rendimentos superiores ao salário mínimo, a redução de 5% nas pensões que ultrapassavam os 1500 euros e, desde de janeiro, a redução entre 3,5% e 10% dos salários acima de 1500 euros dos funcionários da administração pública e empresas da esfera do Estado.

Foi neste contexto, hostil às posições dos trabalhadores, que decorreram as negociações do ACT do setor bancário para a revisão das tabelas salariais e das cláusulas de expressão pecuniária de 2011.

"Depois de um longo processo, em que os negociadores da Febase apresentaram todos os argumentos em defesa das suas posições e fizeram até algumas cedências, a irredutibilidade dos representantes da banca impediu que se obtivesse qualquer acordo", lê-se no Relatório.

A fase de conciliação que se seguiu também não produziu resultados positivos. Os trabalhadores bancários viram-se assim privados, tal como muitos outros, da atualização das suas remunerações, depois de já lhes ter sido amputado parte do seu salário, por força do corte do 14.º mês.

Em termos do restante clausulado do ACT, chegou-se a acordo para a correção de lacunas existentes na redação de alguns preceitos, por força, nomeadamente, de alteração recente na legislação. As modificações aprovadas traduziram-se na alteração da base de incidência dos descontos para os SAMS no que concerne às situações de doença e ao abrigo do regime de parentalidade; e no reconhecimento das situações de união de facto no que se refere às pensões de sobrevivência.

Refira-se ainda que foi publicado no BTE de 15 de junho um projeto, assinado pela ministra do Trabalho e Emprego, de Portaria de Extensão do ACT a várias instituições de crédito que não são subscritoras de qualquer convenção coletiva de trabalho. "Este documento foi entretanto contestado pela APB e pelas IC, não tendo, por isso, sido ainda publicada a sua versão final".

Integração na Segurança Social

A Febase – em representação do SBC, SBN e SBSI –, a Associação Portuguesa de Bancos e o Governo assinaram, a 21 de dezembro do ano passado, o terceiro Acordo Tripartido sobre a Segurança Social no setor bancário.

"Este documento formalizou a transferência de parte dos fundos de pensões da banca para o Estado e a integração na esfera da Segurança Social dos reformados e pensionistas, à data de 31/12/2012, na sequência do Memorando de Entendimento, para assistência financeira externa a Portugal", lembra o documento.

O 3.º Acordo Tripartido abrange os fundos de pensões de 18 instituições de crédito, com cerca de 27 mil reformados e pensionistas inscritos na antiga CAFEB.

"Com este acordo, ficaram salvaguardados todos os direitos consagrados nos instrumentos de regulamentação coletiva em vigor, dos reformados e pensionistas abrangidos, assegurando, nomeadamente, o recebimento dos 14 meses anuais, que estão contratualizados, bem como a atualização das pensões pela mesma percentagem da tabela salarial do ativo", frisa a Federação no Relatório.

Luta contra cortes salariais

A Febase e os seus Sindicatos empenharam-se ativamente na luta contra os cortes salariais impostos aos trabalhadores de empresas da esfera do Estado.

Um pouco de lazer

No âmbito da ocupação dos tempos livres, foram efetuadas as finais nacionais das distintas modalidades desportivas, que ocorreram um pouco por todo o País e mobilizaram muitas centenas de associados de ambos os géneros e diferentes escalões etários.

Neste âmbito, destaque também para o 1.º Dia Sénior da Febase, realizado em outubro, em Oliveira do Bairro.

Por fim, refira-se a organização do primeiro Concurso de Fotografia da Federação.

Recorde-se que o Orçamento do Estado para 2011 determinou o corte de 3,5% a 10% nos salários da função pública e do setor empresarial do Estado, para os rendimentos superiores a 1500 euros. O âmbito desta medida atingiu os trabalhadores da CGD, BPN, IFAP e Banco de Portugal, apesar de abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário.

"Os Sindicatos reclamaram da medida, interpondo recurso para as instâncias competentes. A diligência foi, parcialmente, bem-sucedida, conseguindo-se a aprovação de um regime de exceção para a CGD e Banco de Portugal", refere o Relatório, acrescentando:

"Quanto ao BPN e IFAP, a solução proposta não foi autorizada." Manteve-se assim em vigor o corte salarial, tendo a Febase recorrido para aos tribunais.

Defesa dos trabalhadores do ex-Finibanco

O SBN desencadeou uma forte oposição à tentativa do Montepio de transferir compulsivamente do Porto para Lisboa cerca de duas centenas de trabalhadores do ex-Finibanco.

A Febase solidarizou-se com os trabalhadores vítimas de despedimento encapotado, associando-se ao SBN nos protestos contra o Montepio Geral.

Os protestos materializaram-se na realização de duas manifestações organizadas pelo SBN, uma em Lisboa e outra no Porto, junto das instalações daquela instituição mutualista.

Por outro lado, a Febase acompanhou de perto a evolução de todo o processo de privatização do BPN, o que incluiu diversas diligências, entre as quais várias reuniões com o Governo.

"Esta ação teve como principal objetivo defender os postos de trabalho, ameaçados pela reestruturação prevista para a instituição, e a salvaguarda do ACT do setor", lê-se no Relatório. ■

Febase organizou Conferência Mundial da UNI

A Febase assumiu em 2011 a organização da 3.ª Conferência Mundial da UNI-Finanças, que se realizou em março, no Estoril. Estiveram representados 107 sindicatos filiados na UNI, vindos de 58 países.

Nesta conferência foi analisada a situação do setor financeiro e trocadas experiências entre os delegados dos diferentes países.

Nos vários debates que marcaram os dois dias da conferência mundial, pretendeu-se dar aos delegados a possibilidade de relatar a realidade específica do setor financeiro no seu país e o trabalho desenvolvido pelo respetivo sindicato.

Documento de Estratégia Orçamental 2012/2016

CES muito preocupado com resultados sociais da austeridade

TEXTO: INÉS F. NETO

O parecer do Conselho Económico e Social (CES) sobre a estratégia orçamental do Governo até 2016 é muito cético quanto aos resultados, alertando para o risco de um prolongamento excessivo da austeridade ter consequências muito negativas sobre a economia e a sociedade

No parecer ao Documento de Estratégia Orçamental (DEO) 2012/2016 do Governo, aprovado no Plenário de 23 de maio e cujo relator foi o conselheiro João Ferreira do Amaral, o do Conselho Económico e Social (CES) mostra-se muito menos otimista que o Executivo de Passos Coelho e levanta muitas dúvidas quanto aos resultados das medidas preconizadas.

Realçando embora a importância de um documento desta natureza e do clima de confiança que o acordo de concertação social gerou nas instâncias internacionais, o CES apresenta a sua primeira dúvida logo na introdução do parecer: "O ponto fundamental que se põe com o conteúdo do DEO é o de saber se o prolongamento excessivo da política de austeridade associada à

execução do memorando da troika além de ter consequências muito negativas sobre a economia e a sociedade portuguesa, não poderá mesmo afetar a possibilidade de se virem a atingir os objetivos propostos quanto ao défice orçamental". Uma dúvida metódica que perpassa em todo o parecer.

"O ponto fundamental que se põe com o conteúdo do DEO é o de saber se o prolongamento excessivo da política de austeridade associada à execução do memorando da troika além de ter consequências muito negativas sobre a economia e a sociedade portuguesa, não poderá mesmo afetar a possibilidade de se virem a atingir os objetivos propostos quanto ao défice orçamental"

O CES apoia a continuação do esforço de consolidação das finanças públicas nacionais, mas aconselha que seja "ponderada a possibilidade de revisão dos ritmos de consolidação e das linhas gerais do seu prosseguimento, de forma a possibilitar a implementação de medidas de estímulo ao crescimento económico, que favoreçam a competitividade e o investimento, bem como de medidas que potenciem a criação e manutenção de emprego". Uma posição já defendida no seu parecer sobre o OE 2012.

Nesse sentido, o CES insiste na necessidade "imprescindível" de se encontrar, a nível da União Europeia, "soluções que possibilitem melhorar, por um lado, as condições de financiamento dos Estados e das Empresas e, por outro, assegurar as condições efetivas para o crescimento económico e a melhoria do emprego na UE e em cada um dos seus Estados-membros". Caso não se verifique uma alteração das políticas europeias, "corre-se o sério risco de que todo o esforço coletivo que tem vindo a ser feito por Portugal possa não ser suficiente para ultrapassar a grave situação de crise em que o País se encontra", frisa o documento.

Ciclo vicioso de recessão

Relativamente ao enquadramento macroeconómico, o Governo aponta no DEO

para um crescimento do PIB de 0,6% em 2013 e de 2,0% em 2014, atingindo 2,8% em 2016, ano em que, segundo o Executivo, será anulado o hiato do produto.

Para o CES, este cenário comporta "riscos importantes" quanto à sua concretização, relacionados com a evolução externa, mas também "decorrentes da própria ocorrência de um ciclo vicioso de recessão em resultado das políticas que têm vindo a ser seguidas".

"Há três tipos de razões fundamentais que levam o CES a considerar a existência de riscos associados à concretização do cenário macroeconómico: razões ligadas, respetivamente, à oferta, à procura e ao financiamento da economia", explicita o parecer.

Relativamente à oferta, o CES considera "muito duvidoso" admitir que o produto potencial possa crescer ao ritmo projetado, mesmo admitindo um crescimento da formação bruta de capital fixo de 3,6% ao ano, como consta do DEO. Mesmo tendo em conta um aumento das exportações, o CES duvida da possibilidade de em 2016 estas serem 28% superiores às de 2012, até por "exceder as condições de oferta do setor exportador".

Quanto à procura, o CES considera que o crescimento positivo do consumo privado a partir de 2014 "está longe" de ser um dado adquirido. "É certo que este ano se segue a uma fortíssima queda em 2012, ainda agravada em 2013, o que, à partida, tornaria mais plausível uma recuperação. Mas a queda dos rendimentos reais, o alto nível de endividamento das famílias e principalmente o grande aumento da taxa de desemprego que se tem registado ultimamente e que, com toda a probabilidade se continuará a verificar nos próximos tempos, tornam difícil admitir, sem mais, uma recuperação do consumo privado a partir de 2014".

Por fim, no que diz respeito ao financiamento da economia, o CES alerta para a sua importância determinante e lamenta

"a repartição dos custos de ajustamento da economia portuguesa continuará a fazer-se de forma desequilibrada, penalizando mais os rendimentos salariais do que os outros rendimentos"



João Ferreira do Amaral, relator do parecer

que não conste do DEO. "Sem uma melhoria significativa das condições de financiamento empresarial – melhoria cuja necessidade não é sequer desenvolvida no documento – não haverá condições para que a economia possa criar capacidade produtiva e, portanto, possa crescer. Bem pelo contrário, poder-se-á aprofundar a recessão", avisa o parecer.

Desemprego a crescer...

A situação do mercado de trabalho é uma preocupação do CES, que alerta para a possibilidade de agravamento nos próximos anos, de forma muito mais rápida. Ao contrário do previsto no DEO, não há razões para crer que em 2016 o emprego possa estar próximo do nível de 2010, sobretudo "face à demora na adoção de políticas económicas e de emprego que contrariem a tendência negativa".

"A eventual saída de uma situação recessiva e a circunstância de o crescimento estar assente fundamentalmente nas exportações torna pouco plausível o aumento tão reduzido previsto para a produtividade e, por essa via, o montante da criação de empregos", frisa o Conselho, acrescentando: "O prosseguimento da política de austeridade indicia que se registará um novo aumento do desemprego e não a sua redução".

A dimensão e o ritmo de crescimento do desemprego justificam, refere o parecer, "uma reponderação das políticas econó-

micas e sociais, dado constituir o desemprego o maior drama da sociedade portuguesa nas presentes circunstâncias".

O CES alerta ainda para o facto de a maioria da diminuição do emprego estar a ocorrer nos serviços, sendo particularmente atingidas atividades como o comércio (por grosso e a retalho), o alojamento, a restauração e similares, e a educação.

... e salários e pensões penalizados

O CES põe o dedo na ferida ao afirmar que "a repartição dos custos de ajustamento da economia portuguesa continuará a fazer-se de forma desequilibrada, penalizando mais os rendimentos salariais do que os outros rendimentos".

E justifica porque: entre 2011 e 2016 prevê-se que os salários reais (deflacionados pelo PIB) decresçam 0,6% ao ano, enquanto a produtividade por trabalhador cresce 0,6%, o que significa que os salários perdem peso no PIB a um ritmo de cerca de 1,2% ao ano.

"Face a todas estas condicionantes, o CES considera que o prosseguimento da política de austeridade tal como o documento preconiza pode colocar o País numa rota de estagnação ou de contração económica e de aumento de desemprego, tendo como consequência um agravamento ainda maior da situação de muitas famílias portuguesas, em particular das mais endividadas e mais afetadas pelo desemprego, o que, para além das consequências sociais, poderá ter consequências orçamentais tão negativas que estas poderão pôr em causa os próprios objetivos de consolidação orçamental".

Perante tal cenário, o CES conclui: "as consequências decorrentes da política prevista no DEO poderão levar a uma degradação assinalável da situação social do País, afetando fortemente a coesão nacional e pondo em causa os esforços de ajustamento da economia".

O CES manifesta ainda a sua "profunda preocupação" com a prevista redução do peso das prestações sociais, que terão quase uma estagnação entre 2012 e 2016, incluindo, "ao que parece, a não atualização das pensões". Isso traduzir-se-á, alerta, "numa forte quebra real das pensões de valor não muito elevado".

E chama também a tenção para os efeitos da política de austeridade em

matéria de justiça social e de desigualdades. Além das consequências em termos da degradação do mercado de trabalho, alerta para "o facto de um número substancial de trabalhadores serem abrangidos pelo salário mínimo nacional, o qual perdeu poder de compra e não foi revisto em 2012; a diminuição de convenções coletivas de trabalho acordadas; a dimi-

"as consequências decorrentes da política prevista no DEO poderão levar a uma degradação assinalável da situação social do País, afetando fortemente a coesão nacional e pondo em causa os esforços de ajustamento da economia"

nuição da cobertura das prestações de desemprego; a diminuição do número de beneficiários de prestações sociais não contributivas".

Redução do serviço público

O parecer do CES faz também menção à reforma do sistema fiscal, criticando o facto de nenhum dos seus objetivos fazer referência à equidade e justiça fiscal, num País que tem tido "um dos maiores aumentos da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho". Do mesmo modo, sublinha a ausência de linhas de atuação de combate à economia informal.

O CES manifesta ainda a sua preocupação com as consequências de uma redução "continuada e indiscriminada" de efetivos na administração pública na prestação e qualidade dos serviços públicos.

No que se refere ao setor empresarial do Estado, o CES discorda das "preocupações demasiado estreitas" do DEO, que "não vão além de uma análise de curto prazo", e assinala com "muita preocupação" a forma como o documento "preconiza uma redução da atividade de muitas destas empresas, aparentemente subalternizando o facto de grande parte delas produzir serviços públicos de caráter essencial e ignorando os impactos negativos no emprego".

O parecer do CES foi alvo de uma declaração de voto da CGTP. Nele, a central sindical sublinha que "subscreve inteiramente" o documento mas, por opor-se à relevância dada ao acordo de concertação social, absteve-se na sua votação. ■

Defender a Segurança Social

No parecer sobre o Documento de Estratégia Orçamental (DOE) 2012/2016 do Governo, o Conselho Económico e Social (CES) mostra-se preocupado com as projeções sobre o futuro da Segurança Social, considerando não se poder concluir pela sua insustentabilidade.

Para o Conselho Económico e Social, em caso algum de tais projeções se pode concluir "pela não sustentabilidade da Segurança Social, uma vez que a avaliação dessa sustentabilidade está crucialmente dependente do ritmo de crescimento económico que se admita".

"O CES considera essencial que a Segurança Social seja de facto um garante de confiança e de segurança, especialmente num momento de crise como o atual", frisa no parecer.

Nesse sentido, o CES adverte que "a Segurança Social não pode ser posta em causa e usada como instrumento para combater o défice orçamental, comprometendo a proteção social que deve assegurar e gerando insegurança junto dos portugueses".

Reduzir o desemprego: a principal preocupação para Portugal

Com a assinatura do Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego, em janeiro de 2012, a UGT combateu uma política exclusivamente virada para a austeridade e travou a desregulação laboral inscrita no Memorando da Troika e prevista pelo Governo, atenuando os seus efeitos sobre os trabalhadores e introduziu importantes medidas e políticas orientadas para o crescimento económico e o emprego

TEXTO: ANA PAULA BERNARDO*



O tal Acordo tripartido contém medidas favorecedoras da atividade económica visando evitar o aumento acentuado de encerramentos e falências de empresas, com a consequente perda de emprego. Inclui ainda medidas que favorecem a criação de postos de trabalho e uma melhor resposta em termos de empregabilidade dos jovens, dos trabalhadores no ativo e dos desempregados. É ainda um Acordo que traduz um claro compromisso de dinamização da negociação coletiva pública e privada.

Governo célere nas alterações laborais

Mas, se o Governo tem sido especialmente célere quanto à introdução das alterações em matéria laboral e de redução das prestações sociais, e que em traços gerais penalizam os trabalhadores, já no que respeita a matérias como as políticas de emprego e o crescimento económico que constam do Acordo, o Governo tem estado praticamente parado.

Com efeito, é totalmente inaceitável que estando o mercado de trabalho

português a sofrer uma contração mais rápida do que seria previsível na atual recessão económica, com o desemprego a continuar a aumentar a ritmos muito elevados, o Governo pouco ou nada faça para implementar as medidas de emprego previstas no Acordo.

Há algumas semanas, a UGT considerou nesse quadro que o Governo não estaria a cumprir o Compromisso, situação que a manter-se poderia levar a UGT a denunciar o Acordo.

Esta posição levou o Governo a assumir um compromisso de assegurar não só uma maior celeridade na implementação das diferentes medidas, especialmente na esfera do emprego, como também de garantir um maior envolvimento de todos os parceiros sociais na construção das soluções.

Para a UGT, são indispensáveis medidas de crescimento e emprego que contrabalancem as medidas de austeridade ligada à redução do défice e do desequilíbrio das contas externas.

Reivindicações da UGT

Na esfera do emprego, destacam-se medidas tais como:

- Promover a dinamização do investimento público e privado em áreas de forte manutenção/criação de postos de trabalho, como a reabilitação urbana, um programa de manutenção da rede rodoviária, ferroviária e portuária, a aposta no agro-alimentar ou no setor do turismo, entre outras políticas de natureza setorial.

- Uma plena operacionalização dos Centros de Emprego, com reforço de meios humanos e financeiros.

- Uma urgente aprovação e implementação no terreno dos programas de emprego e de formação profissional previsto no Compromisso tripartido, visando apoiar a inserção no mercado de trabalho e melhorar as competências e qualificações profissionais.

- Uma rápida resposta ao desemprego dos jovens com menos de 25 anos – hoje cerca de 160 mil.

- A dinamização da negociação coletiva, que não pode continuar a ser comprometida pelo Governo e entidades patronais, sendo urgente pôr a funcionar eficazmente os serviços de conciliação, mediação e arbitragem e a emissão das **portarias de extensão**.

como a Febase tem reclamado para o setor bancário

O Governo tem prosseguido uma estratégia, em nosso entender, excessivamente centrada nas exportações, menosprezando o papel do mercado interno.

Num País em que a maioria das empresas são pequenas e microempresas, cuja produção se orienta sobretudo para o mercado interno – quer para os consumidores finais quer para outras empresas, enquanto fornecedoras –, a contração do mercado interno, decorrente da redução do poder de compra e dos rendimentos, compromete não só a viabilidade das empresas, como potencia o aumento do desemprego. Este é um ciclo que é fundamental quebrar.

Estamos hoje com níveis de desemprego insustentáveis, quer do ponto de vista económico, quer social. A redução do desemprego tem, por isso, de ser colocada de imediato, como prioridade, na agenda das políticas económicas e sociais.

Só com crescimento e emprego haverá diminuição do desemprego. ■

*Secretária-geral adjunta da UGT

Sindicatos mundiais exigem medidas de regulação financeira

TEXTO: INÉS F. NERO

Reformar rapidamente o sistema financeiro com acompanhamento pelos sindicatos do setor, limitar a especulação, defender o consumidor de vendas predatórias e criar novas formas de crescimento sustentado, incluindo o acesso da economia real ao financiamento, são as principais exigências dos Sindicatos mundiais

Numa declaração conjunta, UNI, CSI e TUAC (Conselho Sindical Consultivo junto da OCDE) exigem ao Conselho de Estabilidade Financeira (FSB, em inglês) que eleve a ambição no cumprimento do programa de trabalho para que está mandatado pelo G20. O documento foi apresentado à sessão plenária daquele órgão, que decorreu em Hong Kong a 29 e 30 de maio.

A dupla recessão em que a Europa está mergulhada é uma ameaça para a economia mundial e as medidas de austeridade implementadas pelos governos, sob pressão dos mercados, estão a ter resultados mais negativos do que positivos na sustentabilidade económica a longo prazo, alertam os Sindicatos na declaração, defendendo que os governos devem criar novas fontes de crescimento sustentado, incluindo o acesso ao financiamento pela economia real.

Ao contrário dos banqueiros e dos seus grupos de lobby, para quem a crise económica prolongada é razão suficiente para atrasar ou enfraquecer a agenda de reformas, os Sindicatos defendem a aceleração da reforma do sistema bancário.

"A ameaça imediata para governos e trabalhadores não são os défices orçamentais mas a exposição aos riscos e passivos gerados pelos bancos e mercados de derivados", consideram as organizações sindicais, frisando: "Não podemos permitir outro colapso como o do Lehman Brothers".

Acabar com os "grandes demais para falir"

Na reunião de Cannes, os líderes do G20 deixaram o compromisso de se certificarem de que nenhuma empresa financeira é "demasiado grande para falir" e de que os contribuintes não devem suportar o custo financeiro da solução.

Os Sindicatos consideram ainda que as atividades bancárias ao serviço da economia real devem ser protegidas contra os riscos associados às atividades bancárias de investimento. "Em quatro anos de crise, os bancos continuaram a manter taxas de retorno de dividendos e políticas de recompra de ações insustentáveis", denunciam.

Na declaração, UNI, CSI e TUAC exigem que os sindicatos do setor financeiro (banca e seguros) sejam consultados sobre o projeto de resolução e os quadros de recuperação atualmente em desenvolvimento.

Contra a especulação e vendas predatórias

A declaração sindical alerta ainda o Conselho de Estabilidade Financeira para a necessidade de prestar mais atenção à especulação financeira, para a qual o plano de ação do G20 não apresenta solução. "Acreditamos que a criação de um imposto sobre as transações financeiras, como propõe a Comissão Europeia, teria um longo caminho na eliminação das formas mais extremas de especulação".

Os Sindicatos mundiais consideram também serem necessárias medidas para proteger melhor trabalhadores e famílias contra práticas predatórias de venda de produtos financeiros. Os grandes princípios em matéria de proteção ao consumo financeiro, aprovados na

"Acreditamos que a criação de um imposto sobre as transações financeiras, como propõe a Comissão Europeia, teria um longo caminho na eliminação das formas mais extremas de especulação"

Cimeira de Cannes do G20, "devem ser revistos e melhorados, para efetivamente fortalecer os consumidores e assegurar que os fornecedores de serviços financeiros adotam práticas responsáveis de venda", exigem os Sindicatos.

"A cultura de vendas no setor bancário tem de mudar", concluem. ■



Guy Ryder eleito diretor-geral da OIT

Guy Ryder foi eleito para o mais alto cargo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sucedendo a Juan Somavia, que em setembro abandona as funções de diretor-geral, após 13 anos à frente daquele organismo da ONU.

Antigo secretário-geral da Confederação Sindical Internacional (CSI), Guy Ryder foi eleito diretor-geral no Conselho da OIT (integrado por 56 membros), na votação realizada em 28 de maio, vencendo os restantes nove candidatos provenientes de todas as regiões do Mundo. Recorde-se que representantes dos empregadores e representantes dos trabalhadores ocupam, cada parte, um quarto dos cargos.

"A OIT fez a melhor escolha possível para encabeçar a luta contra os enormes desafios a que o mundo do trabalho tem de fazer frente nos próximos anos", congratulou-se Sharan Burrow, atual secretária-geral da CSI.

"Juan Somavia colocou a OIT na posição mais proeminente de sempre no mapa internacional, e agora Guy Ryder vai continuar essa enorme contribuição e levar por diante a obra fundamental do único órgão tripartido da ONU", concluiu Sharan Burrow.

Reestruturação do Banif ainda sem contornos definidos



A Febase reuniu-se com a Administração do Banif para debater a situação dos trabalhadores face à reestruturação do banco.

Embora ainda sem dados concretos sobre o número de balcões a encerrar, os responsáveis da instituição garantiram que o processo decorrerá de forma tranquila

Texto: **INÉS F. NETO**

Face às notícias veiculadas pela comunicação social sobre a reestruturação de serviços a decorrer no Banco Banif, bem como o eventual encerramento de balcões, a Febase – Federação do Setor Financeiro reuniu-se dia 5 de junho com a Administração da instituição.

No encontro foi efetuada uma análise sobre esta matéria, tendo a Administração informado que neste momento ainda não pode avançar o número concreto de balcões a encerrar. No entanto, foi clara ao afirmar que todo o processo decorrerá de forma tranquila, eficaz e célere, tendo sempre presente todo o historial do banco.

Segundo disse, o objetivo da reestruturação do banco não visa, unicamente, a redução do número de trabalhadores, mas sim obter maior eficácia a nível dos serviços prestados aos clientes, procurando desta forma uma maior rentabilidade para a empresa.

A Febase deixou claro que nada tem a opor a reestruturações, desde que destas não venham a resultar prejuízos para os trabalhadores e sejam salvaguardados os seus postos de trabalho.

A Administração adiantou que ao longo de toda a sua história, o Banif tem sabido ultrapassar as dificuldades que lhe surgem, e naturalmente também ultrapassará os desafios que atualmente

enfrenta, a exemplo do que se tem verificado com a restante banca portuguesa.

Assim, em comunicado, a Febase deixou "aos trabalhadores e nossos associados uma palavra de estímulo e confiança no futuro, seguros de que trabalhadores, Administração e Sindicatos saberão encontrar caminhos para enfrentar os desafios que se lhes colocam".

Pagamento do 14.º mês

Relativamente ao 14.º mês dos reformados do Banif abrangidos pelo regime geral da Segurança Social, a Administração adiantou que o banco não vai proceder ao seu pagamento nos moldes habituais – ao contrário do que sucedeu com a restante banca –, estando a aguardar a decisão do Tribunal no processo que atualmente decorre.

A Febase expressou a sua discordância, deixando claro que a manter-se esta posição outro recurso não lhe resta do que recorrer aos tribunais. ■

BPN Crédito sem respostas

Texto: **INÉS F. NETO**

A Febase reuniu-se com o Conselho de Administração do BPN Crédito, com o objetivo de analisar a situação atual, nomeadamente o cumprimento do ACT no que diz respeito à majoração dos salários devido à integração dos trabalhadores na Segurança Social e à reestruturação da empresa

Por solicitação da Febase – Federação do Setor Financeiro, realizou-se dia 5 de junho uma reunião com o Conselho de Administração do BPN Crédito, na qual foi analisada a situação que se vive neste momento na empresa.

Recorde-se que desde 11 de abril, com a publicação do Decreto-lei 88/2012, todos os trabalhadores do Grupo BPN foram integrados na Segurança Social nas eventualidades de invalidez, morte e doença, o que veio a afetar o seu rendimento mensal, dado passarem a descontar 11% para a Segurança Social, o que não acontecia anteriormente.

Conforme está previsto no ACT do setor bancário, "a retribuição base mensal dos trabalhadores inscritos em

instituições ou serviços da Segurança Social será corrigida, de modo a que estes percebam retribuição mínima mensal líquida igual à dos demais trabalhadores do mesmo nível" – o que neste momento não está a ser cumprido no BPN Crédito.

A Administração informou ter solicitado um parecer jurídico sobre esta matéria, encaminhando o mesmo para a Secretaria de Estado do Tesouro, estando a aguardar a decisão da tutela sobre este assunto.

Os representantes da Febase estranharam esta posição assumida pela Administração do banco, dada a clareza com que a cláusula está redigida e tem vindo a ser aplicada em todo o setor, pelo que deixaram evidente que, a ha-

ver uma interpretação diferente desta, não resta alternativa a recorrer aos tribunais para repor a legalidade.

Banco tem propostas de aquisição

Quanto à reestruturação do BPN Crédito, a Administração informou existirem propostas para aquisição da empresa, bem como para aquisição da sua carteira de crédito, a exemplo do que ainda recentemente aconteceu.

A Administração assumiu o compromisso de, sobre as matérias discutidas, informar a Febase sobre a evolução da situação no decurso desta semana.

Mais uma vez a Febase deixou claro que todo este processo terá de ter presente que a empresa também é o conjunto dos seus trabalhadores, que urge defender, e que negócios a efetuarem-se terão sempre de preservar os postos de trabalho existentes.

A Federação e os Sindicatos que a compõem vão continuar a acompanhar este processo com toda a atenção e cuidado, e informarão os seus associados sobre a evolução do mesmo. ■

Instituto de Formação Bancária
IFB – The Portuguese Bank Training Institute
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

Curso para Jovens Banca
20º aniversário
Formação em Alternância: em Sala e em Bancos
Lisboa | Porto

Jovens com o 9º Ano
(até ao 12º Ano incompleto)
Curso de Técnicas e Operações Bancárias
Duração: 3 anos
Dupla Certificação: 12º Ano e Nível 4
Saída Profissional: Técnico Comercial Bancário
Com estágios em Bancos, todos os anos do Curso.

Apoios aos Formandos

Data de Início: Setembro de 2012
Candidaturas: Até 16 de Julho de 2012

Curso de Aprendizagem a realizar em Lisboa e Porto em datas a anunciar e após autorização do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

IFB – Lisboa: Av. 5 de Outubro, 164, 1069-198 Lisboa. Tel.: 217 816 550. Fax: 217 940 514.
IFB – Porto: Rua Fernandes Tomás, 332 – 4º, 4000-209 Porto. Tel.: 225 194 120. Fax: 225 102 205.
www.ifb.pt
alternancia@ifb.pt



Concurso FOTO FEBASE 2012
Fotos apuradas no mês de maio

Tema:
UNIÃO E SOLIDARIEDADE



"A coesão"
Francisco Oliveira



"A união faz a força"
Emanuel Pontes



"Coração"
Guilherme Pinto



"Companhia de..."
Emanuel Pontes



"Família unida"
José Saneiro



"Nós"
Orlando Vilas



"Nós te deixei só"
Francisco Oliveira



"Suffering together"
Vânia Mazos



"A água"
Manuel André



"União pelo Nordeste"
José Pinto



"Sem Alibi"
Rui da Cruz



"Água para todos"
Francisco Ramalho



Novo CCT já está em pleno funcionamento

O novo CCT Seguros está em pleno funcionamento, tendo sido efetuada a sua aplicação nas diversas companhias do setor, seguindo, cada uma delas, o seu ritmo, não obstante o cumprimento dos prazos previstos

TEXTO: **PATRICIA CAIXINHA**

Os procedimentos administrativos necessários à implementação do presente CCT, nomeadamente relacionados com a reclassificação profissional e cláusulas de incidência pecuniária, ficaram concluídos até 30 de abril, sem prejuízo das alterações efetuadas produzirem efeitos a 1 de janeiro de 2012.

No que respeita à matéria da reclassificação profissional, a nova grelha de grupos profissionais, categorias, definição de funções e bandas salariais, foi aplicada a todos os trabalhadores, de acordo com a tabela de transição apensa ao CCT.

Novos grupos profissionais, categorias, definição de funções e bandas salariais foram aplicados a todos os trabalhadores que aderiram ao CCT

A atribuição de uma compensação pecuniária extraordinária foi outra matéria que ficou concluída no último dia de abril.

Atribuição de uma compensação pecuniária extraordinária

Para o efeito, todos os trabalhadores que reunissem as condições de vínculo ao empregador por contrato sem termo e que, tendo sido admitidos na empresa antes de 1 de janeiro de 2010, tenham prestado, pelo menos, 22 meses de trabalho efetivo na empresa desde essa data, receberam uma compensação pecuniária extraordinária no valor de 55% do ordenado mensal auferido a 31 de dezembro de 2011.

A conversão do valor relativo às pensões de reforma por velhice em contas individuais dos trabalhadores

A informação dos montantes relativos ao Plano Individual de Reforma, transferidos pelas seguradoras para uma conta individual dos trabalhadores, foi outro aspeto que ficou concluído no mês de abril.

Foi, assim, efetuada a conversão do valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados, calculados a 31 de dezembro de 2011, relativos às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, admitidos até 22 de junho de 1995, para contas individuais desses trabalhadores, nos termos e de acordo com os critérios previstos no respetivo fundo de pensões ou seguro de vida, integrando o respetivo plano individual de reforma.

Caso não lhe tenha sido aplicado qualquer um destes procedimentos, contacte-nos e solicite esclarecimentos. A equipa STAS está ao seu dispor. ■

CAMPO DE FÉRIAS FECHADO

FEBASE

15 DIAS DE SONHO

SBC

SBN

SBSi

SISEP

STAS

SURF

ORIENTAÇÃO

SURVIVOR

PAINTBALL

CANOAGEM

SLIDE

FESTIVAIS

de VERÃO

IMPERDÍVEL

SAÍDAS DE LISBOA, PORTO E COIMBRA

PREÇO ESPECIAL FEBASE

450€

(Desconto para 2º Familiar)

consulte os serviços

2012

1º Turno:

• 23 a 30 de Junho

2º Turno:

30 Junho a 14 de Julho

3º Turno:

14 de Julho a 28 de Julho

4º Turno:

28 de Julho a 11 de agosto

5º Turno:

11 a 25 de agosto

6º Turno:

• 25 agosto a 1 de setembro

consulte os serviços

Adaptado a diferentes
faixas etárias

Jovens
seguros

Renovação extraordinária dos contratos a termo certo

O regime da Lei 3/2012, de 10 de janeiro

Em 11 de janeiro findo, entrou em vigor a Lei n.º 3/2012, de 10 de janeiro, que estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo e, simultaneamente, dispõe sobre o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável a estes contratos

TEXTO: JOSÉ FARIA*

Este regime vai, inevitavelmente, ter repercussões no âmbito das relações laborais vigentes no setor bancário e, por isso, importa dar a conhecer aos trabalhadores bancários as regras e condições previstas nesta lei. É o que faremos resumidamente de seguida.

Num enquadramento sumário geral dir-se-á que as normas reguladoras do contrato de trabalho a termo têm a sua sede no Código do Trabalho (cfr. Artigos 139.º a 149.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro) e nos vários instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho vigentes no setor bancário, uma vez que estes podem afastar ou modificar os preceitos daquele Código em várias situações, com exceção das respeitantes à contratação de trabalhadores à procura de primeiro emprego, de desemprego de longa duração ou previstas em legislação especial de política de emprego.

Quanto ao contrato de trabalho a termo certo, este pode ser renovado até três vezes e a sua duração não pode exceder, respetivamente: 18 meses, quando se tratar de pessoa à procura de primeiro emprego; 2 anos, nos casos de lançamento de nova atividade de duração incerta, de início de laboração de empresa ou de início de laboração de estabelecimento pertencente a empresa com menos de 750 trabalhadores, de contratação de trabalhador em situação de desemprego de longa duração ou noutra, prevista em legislação especial de política de emprego; e, finalmente, 3 anos, nos restantes casos. Estes limites, atrás referidos, não podem ser afastados por convenção coletiva de trabalho.

Quando o contrato a termo certo caducar por iniciativa do empregador, dispõe o Artigo 344.º do Código do Trabalho que haverá lugar a uma compensação ao trabalhador correspondente a:

a) 3 dias de retribuição base e diuturnidades, por cada mês, nos contratos de duração inferior ou igual a 6 meses;

b) 2 dias de retribuição base e diuturnidades, por cada mês, nos contratos de duração superior a 6 meses.

A compensação devida em casos de fração do mês é calculada proporcionalmente.



Ora, a citada Lei 3/2012 veio agora estabelecer um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, celebrados ao abrigo do disposto no Código do Trabalho, "que atinjam o limite máximo da sua duração até 30 de junho de 2013".

Estes contratos podem ter duas renovações extraordinárias desde que, até 30 de junho de 2013, atinjam os limites máximos de duração estabelecidos no n.º 1 do Artigo 148.º do Código do Trabalho, ou seja, 18 meses, 2 anos ou 3 anos, como acima se referiu. E acrescenta-se que a duração total destas renovações não pode exceder 18 meses.

Também a duração de cada renovação extraordinária não pode ser inferior a um sexto da duração máxima do contrato de

trabalho a termo certo, ou da sua duração efetiva, consoante a que for inferior, sendo que o limite de vigência do contrato de trabalho a termo certo objeto de renovação extraordinária é, taxativamente, o dia 31 de dezembro de 2014.

Caso sejam excedidos os limites atrás referidos, a lei prevê que o contrato de trabalho a termo certo se converta em contrato de trabalho sem termo.

No que respeita à compensação nos contratos que sejam objeto de renovação extraordinária, o regime legal é o seguinte:

"a) Em relação ao período de vigência do contrato até à primeira renovação

extraordinária, o montante da compensação é calculado de acordo com o regime jurídico aplicável a um contrato de trabalho a termo certo, celebrado à data do início de vigência daquele contrato, ou seja, é o que acima referimos;

b) Em relação ao período de vigência do contrato a partir da primeira renovação extraordinária, o montante da compensação é calculado de acordo com o regime aplicável a um contrato de trabalho a termo certo, celebrado à data daquela renovação extraordinária;

c) A compensação a que o trabalhador tem direito resulta da soma dos montantes calculados nos termos das alíneas anteriores".

*Advogado da Febase



Caminhada da Febase foi um sucesso

"À descoberta dos becos e miradouros de Lisboa" foi o repto lançado pela Febase aos sócios dos seus Sindicatos, na primeira iniciativa do género organizada pela Federação e que marcou o início das "Caminhadas da Febase 2012"

Texto: **PATRICIA CAIXINHA**

As ruas de Lisboa estiveram mais animadas no dia 26 de maio, quando mais de uma centena de pessoas que, seguindo as orientações e pistas dadas pelos elementos da organização, partiu à descoberta dos locais mais pitorescos da capital.

Na estreia da Federação nesta vertente, foi possível contar com 122 pessoas, que se reuniram na estação do Rossio, pelas 9 horas da manhã, para uma visita pela capital, durante oito



Descendo o Alto do Longo; em cima: no Jardim do Torel

quilómetros e cerca de três horas e meia de caminhada.

O São Pedro ajudou os aventureiros, estando as condições climatéricas reunidas para este tipo de atividade.

Foram percorridos alguns dos pontos históricos e emblemáticos da cidade de Lisboa, como os elevadores da Glória, da Bica e do Lavra. Foi feita, também, a passagem pelo famoso Bairro Alto, pelo miradouro de Santa Catarina, desceu-se até à Baixa de Lisboa com a Rua Augusta, palmilhou-se pelo eterno bairro de Alfama, visitaram-se os miradouros de Santa Luzia, da Graça e de Nossa Senhora do Monte. Seguiu-se a passagem pelo Largo do Intendente e o jardim do Torel. O passeio pedestre terminou na parte sul da Avenida da Liberdade, nos Restauradores.

Ao longo do percurso foram feitas duas paragens, uma no miradouro de São Pedro de Alcântara e outra no miradouro de Santa Luzia, para abastecimento de água e fruta aos corajosos caminheiros.

No final, foi possível constatar, pelos comentários dos participantes, que a primeira caminhada organizada pela Febase foi do agrado de todos, que logo questionaram quando seria a próxima iniciativa do género.

O espírito de equipa, animação e boa disposição que se criou nesta atividade leva os organizadores a quererem fazer ainda mais e melhor. E são eles que dirigem o seu "obrigado" a todos os participantes nesta viagem cidadã, sempre motivados, cheios de energia e entusiasmo. E haverá mais, já no dia 23, como se anuncia na página seguinte. ■



Na calçada da Glória

Pesca

Título nacional de surfcasting para Grândola

Texto: **Rui Santos**

A 5.ª edição do campeonato interbancário de surfcasting chegou ao fim, em 26 de maio, com a realização da final nacional, em Ofir

A praia de Ofir recebeu os 46 participantes da final nacional do campeonato de surfcasting sob uma chuva fina que se foi dissipando e, quando se procedeu ao sorteio da distribuição dos pescadores pelas três zonas da prova, já o sol brilhava, para satisfação dos pescadores: 27 do Sul e Ilhas, 13 do Norte e seis do Centro.



Eulálio Mateus recebe o troféu das mãos de Mário Mourão

Monsanto à noite

Caminhadas 2012

PERCURSO:

INÍCIO: ALAMEDA DAS UNIVERSIDADES. ALTO DA AJUDA, LISBOA.
 HORA: 18H00
 DURAÇÃO (ESTIMADA): 4H00
 16 KM
 GRAU DE DIFICULDADE: MÉDIO/ALTO
 TIPO DE PERCURSO: TERRENO ACIDENTADO E ESTEADAS DE TERRA BATIDA

EUROS/TAX
 ATÉ AOS 12 ANOS (INCLUSIVE) NÃO PAGAM
 NÃO RECOMENDADO A CRIANÇAS COM MENOS DE 8 ANOS

INCLUI:
 ÁGUAS
 FRUTA
 FOLHETO DE ORIENTAÇÃO
 SEGURO

RECOMENDAÇÕES:

LUZ FRONTAL OU LANTERNA DE MÃO
 CALÇADO DE CAMINHADA APROPRIADO
 ESPÍRITO DE AVENTURA E BOA DISPOSIÇÃO

INSCRIÇÕES E PAGAMENTO

Para se inscrever deverá enviar para o email caminhadasfebase@stas.pt os seguintes elementos:

Nome completo;
 Nº Sócio;
 Sindicato;
 Data de nascimento;
 Nome e data de nascimento de todos os acompanhantes;
 Cópias do pagamento

Nº: 0035 0517 00052143130 22 (CGO)
 Inscrições e pagamentos até ao dia 21/06

Organização:
 FEBASE

Contactos:
 Tel: 21 880 21 60

Email:
caminhadasfebase@stas.pt



23 de junho
(sábado)

Contudo, houve uma outra contrariedade que muito desagradou aos finalistas: é que o peixe fugiu para outras águas e a captura quase se limitou a exemplares do chamado "peixe-aranha" que raramente ultrapassavam os 40 gramas de peso. A exceção à regra foi um linguado, de 366 gramas, que foi capturado por Eulálio Mateus e que lhe deu a vitória na competição. Aliás, não deixa de ser curioso que o título nacional tenha ido para um pescador do interior do País e que trabalha na CCAM Costa Azul, em Grândola.

Outro destaque merecido vai para a representação do SBSI que, talvez por ser a mais numerosa, chamou a si os primeiros lugares nas três zonas e três dos cinco primeiros lugares na classificação coletiva. Mas a representação nortenha também deu o seu melhor e logrou segundos lugares nas classificações individuais e coletivas.

Classificações dos cinco primeiros

Zona A - 1.º Eulálio Mateus (CCAM Costa Azul/S), 366 gramas; 2.º António Sousa Feira (GDST/S), 219; 3.º Aires Saldanha (BCP/N), 201; 4.º Domingos Correia (BCP/N), 80; 5.º José Mesquita (BES/N), 69;

Zona B - 1.º João Sousa Feira (GDST/S), 61 gramas; 2.º Manuel Joaquim Oliveira (BCP/N), 54; 3.º Ricardo Pernes (BES/S), 44; 4.º Hélder Monteiro (BCP/N), 14; 5.º João Manuel Agualusa (GDST/S), 13;

Zona C - 1.º Manuel Silva Pinheiro (GDST/S), 236 gramas; 2.º José Luís Pimenta (GDST/S), 218; 3.º Manuel Ranhola (BPI/S), 152; 4.º António Alves (BES/N), 102; 5.º Rogério Marques Silva (BCP/C), 50.

Equipas - 1.º GDST 2/S, 12 pontos; 2.º BCP-B/N, 14; 3.º GDST 1/S, 17; 4.º BES/N, 23; 5.º BPI/S, 26. ■

INETESE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Aposte na Competitividade

DA NEGOCIAÇÃO À CONCRETIZAÇÃO

Dinamização dos Canais de Venda

Atendimento Comercial - Presencial - 50h
Técnicas de Venda - eLearning - 35h
Comércio Eletrónico e "e-business" - Presencial - 25h

GESTÃO DE EQUIPAS COMERCIAIS

Maximização do Desempenho Comercial

Técnicas de Negociação - eLearning - 35h
Motivação e Gestão de Equipas - Presencial - 25h
Comunicação e Relação Comercial - eLearning - 35h

ATENDIMENTO E FIDELIZAÇÃO DO CLIENTE

Especialização no Atendimento

Atendimento Personalizado - eLearning - 50h
Gestão de Reclamações - Presencial - 25h
Técnicas de P.N.L. aplicadas às Vendas - Presencial - 12h

PREVENÇÃO DE RISCOS LABORAIS

Trabalho em Segurança

Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - Presencial - 25h
Suporte Básico de Vida - Presencial - 4h
Prevenção e Combate a Incêndios - Presencial - 25h

INFORMÁTICA NA EMPRESA

Ferramentas Essenciais do Office

Microsoft Excel - Presencial - 25h
Microsoft Word - Presencial - 25h
Microsoft Powerpoint - Presencial - 25h

SEJA AGENTE DE SEGUROS

Obtenha a sua Certificação

Agente de Seguros Vida e Não Vida (Certificação ISP) - eLearning - 140h
Empreendedorismo - eLearning - 35h

Contacte a INETESE
Construa o seu percurso formativo e o dos seus colaboradores



CUMpra o Código do Trabalho

AUMENTE a PRODUTIVIDADE DOS SEUS COLABORADORES

A legislação do trabalho vigente (Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro) obriga ao cumprimento do número de horas mínimo de formação profissional certificada (35 horas) para os colaboradores.

www.inelese.pt



Telefone: 21 880 21 60 | Email: comercial@inelese.pt
Delegações em: Angra do Heroísmo, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Funchal, Ponta Delgada e Porto.

Eleições

STAS foi a votos em 31 de maio



Os candidatos à Direção

O nosso Sindicato foi a votos em 31 de maio e a única lista apresentada foi a lista A, sob a sigla "Lista de Todos Nós". Defendendo um Sindicato determinado, inovador, dialogante e moderno. E reafirmando um Sindicato transparente, ativo e solidário

A "Lista de Todos Nós" concorreu a todos os órgãos sindicais, entregando as candidaturas à Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Geral; ao Conselho Geral; à Direção Nacional; ao Conselho Fiscal; ao Conselho de Disciplina; às Direções Distritais (Açores, Beja, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Lisboa, Madeira, Porto e Setúbal); e aos Delegados Sindicais (Açoreana, Allianz Portugal, Axa Portugal, Cosac, Fidelidade Mundial, Hospital Cuf Infante Santo, Império Bonança, Inter Partner, Liberty Seguros, Macif, Mondial Assistance, Tranquilidade, Victoria, Zurich e Zurich Vida).

A lista apresentou os seus candidatos à nova Direção, tendo havido novas entradas e algumas saídas em relação à Direção anterior, que passará a ser constituída pelos seguintes elementos: Carlos Marques (Inetese), Dulce Medley (Allianz), José Luís Pais (Império Bonança Ref), Leonel Santos (Açoreana), Marina Paixão (Victoria), Mário Rúbio (Allianz), Patrícia Caixinha (Império Bonança), Paulo Gonçalves (Fidelidade Mundial), Pinto Mendes (Axa), Ricardo Marques (Jovens Seguros) e Rui Santiago (Liberty).

A "Lista de Todos Nós" propõe-se cumprir e fazer cumprir os Estatutos; defender ativa e intransigentemente os interesses socioeconómicos, formativos e culturais de todos os sócios; aumentar os níveis de sindicalização; promover a sustentabilidade económica e financeira do Sindicato; apoiar e esclarecer os sócios em todos os problemas e questões laborais e outras; fomentar as relações institucionais com organizações sindicais nacionais e estrangeiras, governamentais e empresariais, com total independência e respeito pela sua condição; continuar a participar ativamente no desenvolvimento da Federação do Setor Financeiro

ro - FEBASE; pugnar para que se verifique uma comunicação mais eficaz entre o Sindicato e os seus associados; estabelecer as adequadas parcerias, para que aos sócios do Sindicato sejam prestados serviços de qualidade, que vão ao encontro das suas necessidades, no âmbito da chamada economia social; reforçar as condições instrumentais necessárias, conducentes à negociação coletiva sem tabus e sem complexos, na estrita observância dos mecanismos legais de suporte; relançar o debate sobre as mudanças na atividade seguradora e setor financeiro, promovendo colóquios, organizados individualmente ou em parceria; reforçar a imagem do Sindicato e a importância da sindicalização; participar na reorganização do movimento sindical democrático, para enfrentar os desafios da globalização.

A afluência às urnas foi grande, tendo sido superior ao ato eleitoral anterior. Os votos por correspondência foram mais expressivos do que os votos presenciais, o que, aliás, é uma expressão do momento social atual.

À data do fecho deste número decorria ainda o prazo para a receção dos votos por correspondência. ■

Texto: Rui Santos

Formação

“Gestão de equipas” em Ferreira do Zêzere

O Pelouro da Formação levou a efeito mais um curso de “gestão de equipas”, que decorreu no Centro de Férias e Formação do SBSI, entre os dias 1 e 3, com a participação de vinte associados

No final do curso, as questões e problemas sindicais da atualidade, resultantes da crise social que o País atravessa, destacando-se, nomeadamente, as ameaças de desemprego no setor e a revisão da tabela salarial foram abordadas por Fernando Martins, Vice-presidente da MECODEC e que integra, também, o referido Pelouro, que teve ocasião de se dirigir aos participantes, para salientar o interesse e a satisfação generalizada dos formandos, não só pela qualidade da ação como do enquadramento e do clima de tranquilidade que o Centro de Férias proporciona. Referiu-se ainda às diversas atividades e serviços complementares à ação estritamente sindical que o SBSI proporciona, nas áreas da formação, desportiva, cultural e de turismo, em que participam milhares de associados e familiares.

Um dos participantes, António Fernando Vilela, que trabalha no Banco de



“Foto de família” dos participantes

Portugal, fez questão de testemunhar o seu apreço pela ação desenvolvida, escrevendo que “o curso de gestão de equipas foi, sem qualquer espécie de favor, um sucesso. Para além do interesse do tema, há que adicionar a competência da equipa formadora e as magníficas condições do Centro de Formação. Todos saímos de lá com a sensação de valor acrescentado que terá, com certeza, influência nas nossas vidas pessoais e profissionais. Saiu também o Sindicato reforçado, porque rentabilizou com êxito um património que precisa de ser promovido entre os sócios, e complementou com muita qualidade,

as necessidades de formação numa área vital para o desempenho das modernas organizações. Um Sindicato ao serviço dos sócios promove a sua valorização. Também assim se faz sindicalismo num tempo difícil, em que a mudança é constante, abrupta e disruptiva. Parabéns pela iniciativa e pela qualidade da organização”.

O Pelouro da Formação, coordenado por Rui Santos Alves, membro da Direção e que integra, também, Arménio Santos, Presidente da Mecodec, congratula-se com a opinião deste associado, na certeza de que o mesmo atesta que, nesta área, estamos no caminho certo. ■

Vagas em viagens e apartamentos



Para os sócios do SBSI – e dos outros Sindicatos da Febase – que ainda não planejaram as suas férias, o Sindicato continua com inscrições abertas no Parque de Campismo, em Olhão, e nas seguintes atividades:

Viagens

- Quênia e Tanzânia, de 4 a 19 de setembro – preço por pessoa em duplo: €4.585. Todas as restantes viagens já não têm lugares disponíveis.

Apartamentos

- Ainda existem vagas no Verão para os apartamentos que o Sindicato possui no Algarve e em Islantilla, nos arredores de Huelva, no sul de Espanha.

Para estas vagas e outras – noutras épocas do ano – os interessados devem contactar a Secção Administrativa do SBSI e as reservas podem ser feitas de imediato. Para mais informações, utilizar o telefone 213 216 021/22, o correio eletrónico administrativa@sbsi.pt e consultar a Revista de Férias e Lazer, disponível no sítio do Sindicato.

Jovens Seguros - 10 anos de Aventura

CAMPO DE FÉRIAS ABERTO PORTO

Os preços incluem: Transporte, Alimentação, Seguros, Monitoragem Credenciada, Atividades de Orientação, Escalada, Slide, Rappel, Programas de Atividades adaptáveis às faixas etárias, Idas a Praias nos distritos indicados.

Para Crianças e Jovens a partir dos 3 anos de idade

2012

- 1º Turno: 18 a 22 de Junho
- 2º Turno: 25 a 29 de Junho
- 3º Turno: 2 a 6 de Julho
- 4º Turno: 9 a 13 de Julho
- 5º Turno: 16 a 20 de Julho
- 6º Turno: 23 a 27 de Julho
- 7º Turno: 30 de Julho a 3 de Agosto
- 8º Turno: 6 a 10 de Agosto

Preços: 107 Euros para sócio e Colaborador de Empresa Associada / 125 Euros para Outros

Pagamentos Fraccionados até Dezembro

10% de Desconto nos pagamentos efectuados na totalidade até à data de início do Turno Correspondente. (contacte para descontos e condições de pagamento)

www.jovensseguros.com · geral@jovensseguros.com · Tlm: 916 564 998 · Tlf: 21 880 21 60

Textos: Rui Santos

Pesca

João Miguel Silva confirma supremacia

João Miguel Silva, do Banif, é o campeão do Sul e Ilhas em pesca de mar, confirmando assim a sua inegável aptidão para a prática da modalidade, que foi demonstrada desde a primeira das três provas da competição e que também venceu



Os três primeiros da classificação final, com o vencedor no centro

A 32.ª edição do campeonato interbancário de pesca de mar começou em 10 de março, em Peniche, e terminou no passado dia 2, nas mesmas águas, com a segunda prova a realizar-se em Porto Covo, em 24 de março.

Nessa segunda prova, a vitória coube a Eduardo Biscaia, do BES, que totalizou 13 300 pontos, a larga distância de José Carlos Bernardino, do BCP, com 12 010 e com José Azevedo, do BES, José Figueiredo Ribeiro, do BPI, e Carlos Alberto Alves, do Banif, a ocuparem as posições imediatas.

A terceira prova que, na prática, correspondia à final do Sul e Ilhas, permitiu grandes capturas, certamente pelas excelentes condições climáticas que então se faziam sentir na zona de Peniche. De tal forma que cinco dos 48 participantes excederam os seis quilos de pescado, cada.

Classificações

3.ª prova - 1.º João Miguel Silva, 27 340 pontos; 2.º José Carlos Bernardino, 24 580; 3.º Eduardo Biscaia, 12 260; 4.º Artur Pereira da Silva, 11 820; 5.º José Azevedo, 11 580; 6.º Ricardo Pernes,

9080; 7.º João António Varão, 9080; 8.º Alberto Ferreira Costa, 8790; 9.º José António Costa, 6620; 10.º João Manuel Aqualusa, 6460.

Equipas: 1.ª Clube GBES, 22 pontos; 2.ª BPI, 54; 3.ª BCP 2, 55; 4.ª BCP 1, 69; 5.ª CGD, 93.

Final - 1.º João Miguel Silva (Banif), 10 pontos; 2.º Eduardo Biscaia (BES), 10; 3.º José Azevedo (BES), 10; 4.º José Carlos Bernardino (BCP), 11; 5.º Alberto Costa (BES), 24; 6.º José António Costa (BES), 33; 7.º Ricardo Pernes (BES), 42; 8.º António Conceição Marques (BCP), 42; 9.º Carlos Brandão Silva (BPI), 43; 10.º Pedro Miguel Faria (B. Popular), 45.

Equipas: 1.ª Clube GBES, 77 pontos; 2.ª BCP 1, 201; 3.ª BPI, 236; 4.ª GDST, 241; 5.ª Clube Banif, 256.

Note-se que houve que recorrer à fórmula de desempate para os três primeiros, que terminaram o campeonato pontualmente iguais. E João Miguel Silva, que venceu duas das três provas, viria a ser considerado vencedor, enquanto Eduardo Biscaia só venceu a segunda e José Azevedo não venceu nenhuma, tendo conseguido um segundo lugar na prova de Porto Covo.

Todos os primeiros 21 classificados, após a realização da terceira prova, foram apurados para participarem na final nacional, já apazada para 6 de outubro, em Porto Covo. Desses, sete são do BES, cinco do BCP, três do BPI, três do Santander Totta, dois do Banif e um do Banco Popular. ■

Karting: João Pedro Faria acelera no final

João Pedro Faria, do BES, foi o vencedor da primeira fase da 15.ª edição do campeonato nacional interbancário de karting, que teve a conclusão em 26 de maio, em Évora

De facto, João Pedro Faria, que tinha obtido dois terceiros lugares nas duas primeiras etapas e prestação ainda mais modesta na terceira prova, realizada em 28 de abril, na Batalha, viria a acelerar para o primeiro lugar nas duas corridas seguintes, que tiveram lugar em 12 e 26 de maio, no

Carregado e em Évora, conseguindo distanciar-se pontualmente de Carlos Gonçalves, do Banif, que tinha ganho as duas provas iniciais.

Concluída a primeira fase, seguir-se-ão as meias-finais, a realizar em setembro: no dia 22, na Batalha, e no dia seguinte, em Évora. A final do Sul e Ilhas terá lugar no dia 30, também em Évora, realizando-se a final nacional em 7 de outubro, na Batalha.

Classificações

3.ª prova - 1.º José Luís Feliciano, 17 pontos; 2.º Paulo Pires e Pedro Miguel Santos, 15;

4.ª prova - 1.º João Pedro Faria, 17 pontos; 2.º José Luís Feliciano, 15; 3.º António Manuel Silva e Luís Filipe Duarte, 13;

5.ª prova - 1.º João Pedro Faria e Luís Filipe Duarte, 17 pontos; 3.º Paulo Jorge Fachada e Domingos Coragem, 13; 5.º Carlos Gonçalves e Francisco Barreira Sousa, 11.

Geral da 1.ª fase - 1.º João Pedro Faria (BES), 69 pontos; 2.º Carlos Gonçalves (Banif), 61; 3.º António Manuel Silva (Ifap), 54; 4.º Paulo Jorge Fachada (Barclays), 46; 5.º José Luís Feliciano (Unicre) e Nuno Pousadas (Banif), 44. ■

Atletismo

Abílio Sousa, do BCP/Porto o primeiro bancário na meta de Tomar



No âmbito das comemorações do 17.º aniversário das suas instalações, o Secretariado da Secção Sindical Regional de Tomar levou a efeito, em 20 de maio, mais uma edição – a 13.ª – do seu Prémio de atletismo, em que contou, para além do habitual patrocínio da Câmara Municipal de Tomar, bem como das várias entidades comerciais do concelho de Tomar, com a importante colaboração de credenciadas marcas de ótica.

Na edição deste ano, com a participação de 151 atletas, venceu Carlos Alves, em representação da equipa do CCD O Alvitejo, de Vale de Figueira, com o tempo de 41 minutos e 41 segundos, tendo o segundo classificado, Marco Marques, do União de Tomar, alcançado a marca de 43 minutos e 3 segundos.

Quanto aos atletas bancários, o primeiro foi Abílio Sousa, do Clube Millennium BCP/Porto, e o segundo Luís Monteiro, do Clube GBES/Lisboa, que obtiveram o 13.º e o 14.º lugar da geral, respetivamente.

Antes da distribuição dos prémios, o Secretário-Coordenador, Carlos Nogueira, acompanhado pelos outros elementos do Secretariado, Luís Lains e Abílio Lourenço, agradeceu a todos, em breves palavras, a sua participação já que, sem eles, não seria possível a concretização desta iniciativa; agradeceu ainda a presença dos colegas Humberto Cabral, da Direção do Sindicato e António Carreira, Secretário-Coordenador da Secção Regional de Santarém, bem como a de todos os que colaboraram com a organização. ■

Classificações

Foram estes os cinco primeiros classificados da prova: 1.º Carlos Alves (CCD O Alvitejo/V. Figueira); 2.º Marco Marques (União de Tomar/Tomar); 3.º Octávio Vicente (Casa do Benfica/Abrantes); 4.º João Plácido (UDR Zona Alta/T. Novas); 5.º Paulo Fernandes (CCD O Alvitejo/V. Figueira). E estes foram os vencedores nas diversas categorias:

Bancários

Abílio Sousa (Clube Mill. BCP/Porto)

Senhoras

Alexandra Oliveira (UDR Zona Alta/T. Novas)

Juniores Femininos

Alexandra Oliveira (UDR Zona Alta/T. Novas)

Seniores Femininos

Carla Valadas (GDC Banco BPI/Lisboa)

Veteranas I Femininos

Alexandrina Filipe (Clube GBES/Lisboa)

Veteranas II Femininos

Carolina Feliz (União de Tomar)

Juniores Masculinos

Luís Albino (Casa do Benfica/Abrantes)

Seniores

Marco Marques (União de Tomar)

Veteranos I

Fernando Neves (União de Tomar)

Veteranos II

Carlos Alves (CCD O Alvitejo/V. Figueira)

Veteranos III

José Silva (ADR Águas Belas/F. Zêzere)

Veteranos IV

Abílio Sousa (Clube Mill. BCP/Porto)

Veteranos V

Rui Lopes (Clube GBES/Lisboa)

Familiar de bancário

Carlos Manuel Silva (CCD O Alvitejo/V. Figueira)

Equipas de populares

1.ª Casa do Benfica/Abrantes; 2.ª União de Tomar; 3.ª CCD O Alvitejo/V. Figueira

Equipas de bancários

1.ª GD Santander Totta/Lisboa; 2.ª Clube Millennium BCP/Porto; 3.ª Clube GBES/Lisboa.

Uma última nota para Henrique Ruas, do CCD O Alvitejo, que, com os seus 72 anos de idade, era o atleta mais idoso e que fez prova das suas reais capacidades, terminando a prova com excelente boa disposição.



Dia do Bancário Reformado comemorado em Melgaço

TEXTO: ANGELINO SALDANHA

A Comissão Sindical de Reformados do SBN comemorou o Dia do Bancário Reformado pela décima vez, desta feita em 26 de maio em Melgaço

A partida foi junto à Câmara do Porto, como tem sido hábito. O dia nasceu triste, cinzento, a prometer chuva. Notava-se, na cara das pessoas, a necessidade e a esperança de ter pela frente um dia de sol, para que a crise e todos os problemas do dia-

-a-dia ficassem para trás, pelo menos por umas horas. Era tempo de olhar para a frente. Foi tomada a direção de Melgaço, encravada entre Espanha, Monção e Arcos de Valdevez – terra do meixão, da lampreia e do consagrado vinho alvarinho. Lá chegados, cheios de expectativa de devorar tudo quanto fosse novidade, eis que S. Pedro recebeu os participantes como só ele sabe fazer, com uma estrondosa salva de vento e chuva, que fez esvaír todo o entusiasmo até aí latente, não dando qualquer hipótese de conhecer o que de bom e belo a vila tem.

Queimaram-se mais uns minutos, fazendo horas para o almoço num restaurante pertinho do burgo. Depois de to-

dos acomodados, foram saindo os pratos previstos na ementa, que, não sendo especiais, eram bem confeccionados e em abundância.

Por altura da sobremesa, foi o momento escolhido para justificar e dar consistência ao evento. O presidente da Direção do Sindicato, Mário Mourão, usou da palavra, saudando os presentes. De seguida, dissecou sobre a vida sindical e sobre os problemas e os ataques de que permanentemente os reformados têm sido alvo e reclamando a sua atenção. Falou também dos SAMS e da sua reestruturação, bem como dos benefícios que os mais idosos, em particular, podem usufruir das parcerias com a Trofa-Sénior e com outras entidades protocoladas com o SBN/SAMS, salientando que os reformados têm a obrigação de estar atentos ao evoluir da situação, na defesa dos seus inalienáveis direitos e apoiando os seus legítimos representantes, para que sejam fortes e intransigentes na defesa dos associados.

Depois de bem saciados e sendo necessário desgastar calorias, nada melhor que um bom pé de dança. Quando se fez hora, lanchou-se. Como é curial nestas ocasiões, havia o bolo comemorativo, que foi partido pelo associado mais antigo presente na sala, Manuel Gomes Pinto Teixeira, segundo disse, sócio do SBN desde a fundação do Sindicato. Cantaram-se os parabéns e brindou-se à saúde dos presentes e dos reformados em geral. Depois, foi o regresso a casa, com todos cansados mas satisfeitos pelo dever cumprido.

Foi agradável ouvir dos colegas palavras de satisfação e de elogio pela organização do evento, que, não sendo perfeita, correu de forma muito positiva, a avaliar pelas opiniões expressas. ■



O bolo foi partido pelo associado mais antigo presente na sala, Manuel Gomes Pinto Teixeira

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

Valença teve reunião geral de associados

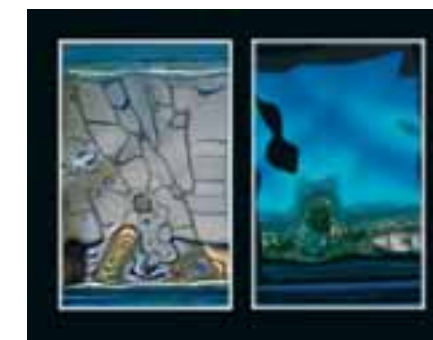
Uma reunião geral de associados teve lugar em 24 de maio, em Vila Meã (Vila Nova de Cerveira), para a área geográfica de influência da delegação do SBN em Valença.

A iniciativa foi da Direção do Sindicato, em colaboração com as comissões sindicais de delegação e de reformados.

Na ordem de trabalhos os assuntos mais em destaque foram os fundos de pensões, a reestruturação dos SAMS e a análise sobre a situação da Banca. ■



"Duas interpretações, a mesma caligrafia"



"Duas interpretações, a mesma caligrafia", é o tema da mostra que Jorge Viana Basto e Júlio Pereira, do Núcleo de Fotografia do SBN, inauguraram no passado dia 9, na sala de exposições do posto de turismo "Beira-rio", na Avenida Diogo Leite, 242, em Vila Nova de Gaia.

A exposição está patente nos dias úteis, das 10 às 18 horas, e nos sábados, das 10 às 13 e das 14 às 18 horas, até ao dia 30.

As imagens foram captadas nas instalações do Museu do Pão, em Seia, na Serra da Estrela, e representam várias configurações observadas segundo a incidência da luz num certo material, em determinado momento e hora do dia.

"À moda do Porto" - "Ruelas e bielás"

A penúltima mostra da série "À moda do Porto", que a Direção do SBN tem vindo a promover, em colaboração com o seu "Núcleo de Fotografia", vai estar patente na galeria deste Sindicato, sita na Rua Conde Vizela, 145, no Porto, de 4 de julho a 1 de agosto, onde poderá ser visitada todas as quartas e quintas-feiras, das 15 às 17,30 horas.

O tema escolhido para esta exposição foi o de "Ruelas e bielás", e as fotografias em exposição são da autoria de Joaquim Silva. ■

SBN proporciona facilidades na compra de livros escolares



O SBN vai disponibilizar uma linha de crédito para compra de livros e manuais escolares, relativos ao próximo ano letivo e destinada aos associados com filhos em idade escolar, entre o 1.º e o 12.º ano,

com facilidades de pagamento e sem cobrança de despesas de fracionamento.

A iniciativa é uma parceria com a Porto Editora – pela proximidade com a sede do Sindicato (o que facilita toda a logística) e pela dimensão daquela empresa – que se compromete a disponibilizar todos os livros, sem rotura de estoque, desde que antecipadamente requisitados nos termos indicados.

O levantamento dos livros será feito nas instalações da referida editora, na Rua da Fábrica, com emissão de fatura individual, em nome dos associados requerentes. Nos casos em que os associados preferiram receber os livros em qualquer outra morada, serão apenas acrescidos os custos do respetivo porte.

As inscrições e requisições deverão dar entrada nos serviços do nosso Sindicato, na Rua da Fábrica, 81, no Porto, a partir do próximo dia 21. ■

Futsal

"Ventus Popularitas" são campeões regionais

Textos: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

Com jogos realizados no pavilhão da Escola Francisco Torrinha, no Porto, terminou o 36.º torneio regional Norte de futsal, que ficou marcado pela vitória dos "Ventus Popularitas", equipa representativa do Banco Popular.

Ficou assim apurada a equipa que foi representar o Sindicato dos Bancários do Norte na final nacional, que teve lugar no passado fim-de-semana, no pavilhão do Inatel, em Guimarães, e à qual será feita referência no próximo número desta revista. ■



"Ventus Popularitas", do Banco Popular

Pesca

António Albérico vence no surfcasting



O 5.º campeonato regional de surfcasting, com provas realizadas em Ofir, foi ganho por António Albérico, do BES, sendo acompanhado no pódio por Manuel da Costa Oliveira e Manuel Alves, ambos do BCP, respetivamente segundo e terceiro classificados.

O 4.º lugar foi conquistado por Jorge Pinto, do BES, o 5.º por António Simões Santos, do MG, e o 6.º por Hélder Monteiro, do BCP.

Por equipas, os louros foram para o BCP-A, que venceu, seguida da equipa B do mesmo Banco e da equipa do BES, que obtiveram o segundo e o terceiro lugar, respetivamente.

Entretanto, encontram-se a decorrer os campeonatos regionais de bowling, karting, king, pesca de rio, snooker e tiro. ■

Fernando Igreja ganha em Matosinhos

Terminado o 11.º torneio regional da pesca de alto mar, cujas provas se realizaram ao largo de Matosinhos, a classificação final individual ficou assim ordenada, no que respeita aos seis primeiros: 1.º Fernando Igreja (BCP); 2.º Manuel Melo (BPI); 3.º Virgílio Dias (BES); 4.º Jorge Pinto (BES); 5.º Manuel Oliveira (BES); 6.º Fernando Costa (BPI).

Na classificação por equipas destacou-se o 1.º lugar do BES-A, com o



2.º lugar a caber ao BCP-A e o 3.º ao BCP-B.

O tempo útil de duração de cada prova foi de cinco horas, com as paragens previstas para mudança de lugares e a composição para cada barco foi efetuada por sorteio.

A final nacional decorreu no passado sábado, dia 7, nas águas ao largo da Figueira da Foz, com a presença destes seis pescadores em representação do SBN. ■

SBC sempre na senda da formação

Texto: SEQUEIRA MENDES



O SBC tem vindo a preocupar-se com a valorização dos recursos humanos dos seus associados, quer estes estejam no ativo quer estejam reformados, dando especial relevância à elevação das suas competências, pois se considera que a melhoria dos seus níveis de qualificação se revela estratégica para o desenvolvimento económico, da competitividade e da promoção da cidadania. Oportunamente divulgados, os cursos ministrados sob a égide do SBC têm sido muito frequentados, alguns foram mesmo repetidos, dada a grande afluência de formandos a candidatarem-se.

Em Caldas da Rainha

Em Caldas da Rainha, nas nossas instalações, decorreu de 23 de março a 13 de abril, um curso de organização digital de informação e introdução ao Microsoft Office Word, para associados e familiares na situação de reforma, com a duração de vinte horas. Foram ministrados os conceitos e ensinamentos básicos de organização da informação, cópia de ficheiros, personalização do ambiente de trabalho, diversos tipos de formatação, inserção e manipulação de imagens, folhas de rosto, etc., etc.

João Quintino Reis, formando, deixou-nos a sua opinião afirmando que "o curso estava bem estruturado e apresentado e as dúvidas foram corretamente esclarecidas. A parte prática funcionou bem. No meu entender houve bom aproveitamento geral".



Mário da Ascensão Louro, por sua vez, referindo-se ao curso, disse que "o formador foi ao encontro das nossas dúvidas e para além da sua capacidade didática apercebia-se das nossas dificuldades. Para além dos conhecimentos que obtive, o convívio foi excelente".



Mário da Ascensão Louro, por sua vez, referindo-se ao curso, disse que "o formador foi ao encontro das nossas dúvidas e para além da sua capacidade didática apercebia-se das nossas dificuldades. Para além dos conhecimentos que obtive, o convívio foi excelente".

Em Leiria

Em Leiria, teve também lugar um curso de fotografia digital que decorreu de 13 de abril a 4 de maio, também este para bancários e familiares. Teve igualmente uma duração de vinte horas e, do ponto de vista da sua metodologia, foi eminentemente teórico mas com a realização de variados exercícios práticos, com recurso à utilização dos programas

Faststone Image Viewer e Photoshop. O programa passou essencialmente por introdução às câmaras digitais, fotografia digital, controlos de câmara e criatividade, composição, formato e ficheiros de imagem, revelação fotográfica e tratamento de imagens.

A avaliar pelas palavras dos formandos que, no final do curso, foram interrogados sobre o seu grau de satisfação pelos ensinamentos ministrados, a satisfação era generalizada, como escreve Fernando Manuel Gaio



"... requer muita aprendizagem e prática e deu para perceber que o mundo da fotografia é um mundo, por isso pretendo continuar... o formador desceu ao nosso nível".



Por seu lado, Mário Júlio Santos foi direto "eu gostei muito e gostava de aprender também a trabalhar com a máquina. Quero aprender mais". ■

Textos: SEQUEIRA MENDES



O desemprego no distrito de Leiria

Um seminário sobre o tema "O desemprego no distrito de Leiria", promovido pela UGT-Leiria, realizou-se no passado mês de maio, no Auditório do Centro Empresarial da Marinha Grande

Ali estiveram presentes, como convidados, Pedro Amado, Delegado Regional do Instituto do Emprego e Formação Profissional, Pedro Silva Martins, Secretário de Estado

do Emprego e também João de Deus, Presidente da UGT.

Amândio Fernandes e Eduardo Maximiano, Vice-Presidentes da UGT-Leiria, expuseram ao auditório, bem compos-

to de assistentes, uma panorâmica da situação do desemprego no distrito e analisaram, também, as suas eventuais causas, nomeadamente a qualificação dos trabalhadores e a sua distribuição pelo distrito, que se apresenta muito heterogéneo, do ponto de vista da qualificação.

É nos concelhos rurais onde naturalmente se encontra uma qualificação menor. No entanto, o maior índice de desemprego situa-se exatamente no concelho de Leiria, onde o grau de qualificação é dos maiores, a par do concelho da Marinha Grande.

Pedro Silva Martins, Secretário de Estado do Emprego, defendeu que o governo está a implementar políticas com vista ao combate ao desemprego, nomeadamente com a aposta na qualificação, e elogiou o Acordo de Concertação Social, em tempo assinado com os parceiros sociais e a UGT.

Por seu lado, João de Deus deu o mote que o referido Acordo não está a ser cumprido por parte do governo, ameaçando romper se o governo não se empenhar verdadeiramente em implementar verdadeiras e reais políticas de emprego, principalmente através do relançamento económico.

Depois de animado debate com a assistência, Amílcar Coelho procedeu às conclusões e ao encerramento do seminário. ■



José Pedro Adrião, da Direção do SINDEQ

Futsal

Clube Millennium BCP é campeão regional



O Clube Millennium BCP, em representação da Secção Regional de Coimbra e vencedor do torneio regional do Sindicato dos Bancários do Centro, representou o nosso Sindicato na final nacional que, este ano, teve lugar em Guimarães, no passado fim de semana

As provas preliminares para apuramento do campeão efetuaram-se em duas jornadas, em 5 e 12 de maio, no pavilhão da Palheira, em Assafarge.

Neste torneio participaram quatro equipas, cada uma delas em representação de uma Secção Regional do Sindicato, tendo os jogos sido disputados com grande espírito de competição - ríjinho e vigoroso - porém, com toda a lisura e espírito desportivo. Na primeira jornada, "Os Viriatos", em representação da Secção Regional de Viseu defrontaram o Clube Millennium BCP, que representava a Secção Regional de Coimbra, tendo estes vencido por 3-0. Depois, "Os Educadores do Xuto", em representação da Secção Regional da

num restaurante de Assafarge, com a presença dos Presidentes Carlos Silva e Freitas Simões, além da presença dos responsáveis dos Tempos Livres, António Pimentel e Francisco Carapinha.

Final do torneio do Clube GBES

A final nacional do 14.º torneio interempresas, do Grupo Cultural e Desportivo dos Trabalhadores do Grupo Banco Espírito Santo, decorreu em 26 e 27 de maio, na Batalha.

O torneio juntou 24 equipas, 14 da zona sul, 5 da zona centro e 5 da zona norte, tendo-se apresentado como campeões o Hospital da Luz, na zona sul; o Oeste Team, na zona centro; e o Esegur Porto, na zona norte.

No final, a equipa BES Family viria a sagrar-se campeã, tendo ainda direito ao pódio as equipas do Hospital da Luz e da Esegur Porto.

Tendo sido convidado para este evento por José Carlos Pires, Vice-Presidente do GBES, o SBC fez-se representar na cerimónia final da entrega dos troféus

Guarda, defrontaram os "MGfoot", em representação da Secção Regional de Leiria, e perderam por 2-4.

A segunda jornada teve lugar no dia 12, tendo jogado os derrotados da pri-



Sérgio Anes recebe a taça disciplina

meira jornada, para apuramento dos terceiro e quarto classificados, com "Os Viriatos" a vencerem "Os Educadores do Xuto" por 5-1, enquanto o Clube Millennium BCP derrotava os "MGfoot" por 1-0, sagrando-se, deste modo, vencedores do torneio e, naturalmente, representantes do SBC na final nacional.

Seguiu-se uma jornada de convívio e distribuição de prémios, que teve lugar

pelo seu Presidente, Carlos Silva, também ele trabalhador e sócio do Clube BES e, ainda, por Francisco Carapinha e José Manuel Santos, igualmente membros da Direção do SBC.

Nesta cerimónia, Carlos Silva dirigiu palavras de circunstância, agradecendo o convite e fazendo ressaltar a importância destes eventos na coesão social das empresas. ■





Centro de Férias

Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

Super Oferta

Época Alta

Válida de 17 de junho a 27 junho
e de 2 de setembro a 12 de setembro

Entradas aos domingos e saídas às quartas

4 dias 3 noites

74,25€

Preço por pessoa em quarto duplo
com meia pensão

Época Especial 1

Válida de 26 de julho a 31 de agosto

5 dias 4 noites

90,00€

Preço por pessoa em quarto duplo
com pequeno almoço

Época Especial 2

Válida de 26 de julho a 31 agosto

5 dias 4 noites

124,00€

Preço por pessoa em quarto duplo
com meia pensão

Para sócios de sindicatos
filiados na UGT e na FEBASE

sbsi

Centro de Férias

Casal do Zote – Bêco
2240-208 Ferreira do Zézere
Tel.: 249 360 200
Fax: 249 360 290
centroferias.formacao@sbsi.pt